



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

PAE nº: 36.509/2021

Documento de Oficialização da Demanda

1 Identificação da Demanda

1.1 Título

Inscrição de servidores no 15º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão, promovido pelo Instituto Negócios Públicos, no período de 25 a 29.10.2021, na modalidade a distância.

1.2 Unidade Demandante

Unidade	SAO - Secretaria de Administração e Orçamento	Data	20/09/2021
Responsável pela demanda	Eduardo Cardoso		

1.3 Vinculação ao Plano de Aquisições

Item do plano: 35 - Cursos

1.4 Valor Estimado

R\$18.840,00

2 Contexto

2.1 Motivação

Necessidade de adequação do TRESA à nova Lei de Licitações e Contratos.

2.2 Resultados Esperados

Capacitação de servidores na matéria, de modo a atender o prazo de atendimento definido na legislação (1º.4.2023).

2.3 Alinhamento Estratégico

EJE-C2

2.4 Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade do objeto a ser contratado?

☐ Menos de 1 ano ☐ De 1 a 3 anos ☒ Mais de 3 anos

2.5 Unidades que farão uso da demanda ou serão beneficiadas

☐ 1 unidade ☐ 2 unidades ☐ 3 unidades ☒ Mais de 3 unidades

3 Integrante Demandante na Equipe de Planejamento da Contratação

Nome do Servidor (titular)	Rafael Alexandre Machado
Telefone	3717
E-mail	rafael@tre-sc.jus.br
Nome do Servidor (substituto)	Geraldo Luiz Savi Júnior
Telefone	3748
E-mail	geraldos@tre-sc.jus.br

4 Unidade Técnica

SE-EJESC - Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ESTUDOS PRELIMINARES

Atualização de servidores acerca da nova lei de licitações



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1 Análise de Viabilidade da Contratação

1.1 Contextualização

Diante das constantes inovações legislativas e jurisprudenciais, em especial com a nova lei de licitações, faz-se necessário capacitar os servidores do TRESC no tema, principalmente aqueles que trabalham na condução dos processos de contratação e precisam apresentar soluções legislativas a problemas enfrentados pela Administração na área de licitações e contratações.

1.2 Equipe de Planejamento da Contratação

Integrante Demandante	Rafael Alexandre Machado
Substituto	Geraldo Luiz Savi Júnior
Integrante Técnico	Tatiany Martins
Substituto	Karina Bittencourt
Integrante Administrativo	Giovanni Turazzi
Substituto	Victor Pereira de Castro

1.3 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda

O evento a ser contratado deverá conter tópicos e discussões que visem à qualificação dos servidores do TRESC que lidam com licitações e contratos administrativos.

1.3.1 Requisitos Funcionais

Importante que sejam exploradas boas práticas que visam qualificar a atuação dos servidores para que possam agilizar os procedimentos de contratação pública e que tratem da nova lei de licitações.

A capacitação deverá ser desenvolvida por profissionais com notória experiência nos temas propostos.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.3.2 Requisitos Não Funcionais

Considerando a decretação de estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde e o disposto na Portaria P n. 51/2020 (art. 3º, IV), o serviço deverá ser prestado de forma online, a fim de evitar qualquer deslocamento por parte dos servidores. A capacitação deverá se desenrolar em linguagem clara, com aulas expositivas e dialogadas, com transmissão ao vivo, via plataforma online, abordando-se casos práticos e com disponibilização de material complementar para leitura.

1.4 Eventos Disponíveis no Mercado

O Instituto Negócios Públicos promoverá o 15º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão, que será realizado nos dias 25 a 29 de outubro de 2021.

A empresa apresenta bom conceito junto ao mercado, trabalhando com profissionais com notória especialização.

Contratação por inexigibilidade.

<https://negociospublicos.com.br/pregaoweeek/>

1.5 Contratações Públicas Similares

O Instituto Negócios Públicos está oferecendo o curso ao público em geral, por meio de seu site, não havendo distinção entre os preços praticados para a Administração Pública e para os demais públicos.

1.6 Custos Totais da Demanda

Valor: R\$ 3.140,00 por pessoa, totalizando 6 servidores R\$ 18.840,00.

1.7 Análise do Evento Identificado, Escolha e Justificativa do Objeto

O 15º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão, que será realizado nos dias 25 a 29 de outubro de 2021, visa capacitar, instruir e atualizar os agentes públicos na esfera das licitações e contratos, sobre as principais orientações, pontos de atenção e entendimentos advindos da nova lei de licitações, preparando-os para atuarem com segurança e conhecimento prático sobre esse novo ambiente das compras e contratações públicas.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.7.1 Descrição do Objeto

Evento de capacitação com vistas à atualização dos servidores do TRESP sobre temas polêmicos sobre a matéria, boas práticas e aspectos práticos da nova lei de licitações.

1.7.2 Alinhamento do Objeto

Plano de Aquisições Anexo I – Item 45 – cursos-inscrições

1.7.3 Benefícios Esperados

Servidores capacitados e atualizados para que possam bem atuar nas áreas de licitações e contratos administrativos

1.8 Adequação do ambiente

O evento será realizado a distância, de forma online, sem necessidade de adequação do ambiente.

1.9 Plano Anual de Capacitação

O tema está previsto no Plano Anual de Capacitação 2021 deste Tribunal.

1.10 Orçamento estimado

R\$ 18.840,00.

2 Declaração de Viabilidade ou não da contratação

Considerando as conclusões obtidas nos presentes Estudos Preliminares, conclui-se pela viabilidade da contratação.

Florianópolis, 15 de outubro de 2021.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

Atualização de servidores acerca da nova lei de licitações



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1 Objeto da Contratação

Diante das constantes inovações legislativas e jurisprudenciais, em especial a nova lei de licitações, faz-se necessário capacitar os servidores do TRESC no tema, principalmente aqueles que trabalham na condução dos processos de contratação e precisam apresentar soluções legislativas a problemas enfrentados pela Administração na área de licitações e contratações.

2 Fundamentação da Contratação

2.1 Motivação

O evento tem por objetivo ampliar o conhecimento dos institutos jurídicos próprios do Direito Administrativo, em especial os relacionados à área de licitações e contratos, no que tange à condução dos processos de contratação. Pretende, ainda, solucionar problemas decorrentes de interpretação da legislação referente a licitações e a contratos administrativos, apresentando os entendimentos e as interpretações mais relevantes relacionados às normas de contratação de bens, serviços e obra, principalmente sobre o texto da nova lei de licitações.

2.2 Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Por meio da capacitação solicitada, espera-se que os servidores aprofundem seus conhecimentos na sua área de atuação.

O 15º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão, que será realizado nos dias 25 a 29 de outubro de 2021, irá capacitar, instruir e atualizar os agentes públicos na esfera das licitações e contratos, sobre as principais orientações, pontos de atenção e entendimentos advindos da nova lei de licitações, preparando-os para atuarem com segurança e conhecimento prático sobre esse novo ambiente das compras e contratações públicas.

2.2.1 Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI 2016-2021	- OE 6 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas - OE8 – Fortalecimento da governança
Instrumentos Estratégicos Setoriais PEJESC	Planejamento Estratégico da EJESC objetivo estratégico: C2 – Promover formação e aperfeiçoamento continuado de servidores;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	• objetivo estratégico: R4 – Obter e executar o orçamento necessário às ações; • ação estratégica: Execução do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento (PACD 2020)
Plano de Aquisições 2021	• Anexo I – Item 45 – Cursos - inscrições

2.3 Estudos Preliminares do Objeto

Juntado aos autos do PAE n. 36509/2021.

2.4 Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Seis inscrições em evento de capacitação para promover a atualização dos seguintes servidores:

[Rafael Alexandre Machado](#)
[Heloísa Helena de Bastos Silva Lübke](#)
[Giovanni Turazzi](#)
[Geraldo Luiz Savi Júnior](#)
[Victor Pereira de Castro](#)
[Karine Borges de Liz](#)

2.5 Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares,

2.6 Caracterização e Composição do Objeto

- a) Nome: 15º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão;
- b) Empresa: Instituto Negócios Públicos;
- c) Período: 25 a 29/10/2021;
- d) Carga horária prevista:
<https://negociospublicos.com.br/pregaoweeek/programacao.html>
- e) Quantidade de participantes: 6 (seis) servidores;
- f) Local: à distância, ao vivo;
- g) Ministrantes: <https://negociospublicos.com.br/pregaoweeek/palestrantes.html>
- h) Material disponível para download para leitura complementar.

2.7 Parcelamento e Adjudicação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Considerando a natureza da contratação, o parcelamento do objeto é inviável.

2.8 Seleção do Fornecedor

A contratação deverá ocorrer por inexigibilidade de licitação, tendo a escolha do evento se dado por se tratar de evento específico para a atuação de servidores em Licitações e Contratos, que conta com a participação de palestrantes de destaque na área. E, ainda, o evento propõe apresentar soluções para problemas decorrentes de interpretação da legislação referente a licitações e a contratos administrativos, ressaltando os entendimentos e as interpretações mais relevantes relacionados ao tema e, ainda, apresentar os entendimentos acerca da nova lei de licitações.

2.9 Modalidade e Tipo de Licitação

Inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inciso II, combinado com o art. 13, inciso VI, da Lei 8.666/1993.

2.10 Impacto Ambiental

Não se vislumbra impacto ambiental decorrente da contratação, uma vez que se trata de evento online. Ademais, o material de apoio será disponibilizado em formato digital.

2.11 Obrigações da Contratante

A Contratante se obriga a:

- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no presente Projeto Básico;
- b) promover, através de seu representante, o servidor titular da Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral e o da Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos – ACERA/EJESC (que poderão atuar em conjunta ou isoladamente), ou seus substitutos, ou seus superiores imediatos a gestão deste Contrato, em conformidade com o artigo 67 da Lei n. 8.666/1993; e
- c) proporcionar todas as condições para que a Contratada possa prestar os serviços dentro das normas deste projeto básico.

2.12 Obrigações da Contratada

A Contratada se obriga a:

- a) ministrar o programa nas condições, preço e prazo estipulados neste projeto básico e na proposta da empresa, constante do PAE n. 36509/2021;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) desenvolver o conteúdo do programa segundo metodologia pedagógica específica da modalidade online (síncrona), com base no conteúdo programático detalhado em sua proposta;
- c) conceder certificação aos participantes que atenderem aos requisitos de aprovação, conforme proposta;
- d) arcar com todos os tributos referentes a esta contratação; e
- e) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

2.12.1 Critérios de Habilitação

Regularidade fiscal e trabalhista.

2.13 Custo estimado da contratação

R\$ 18.840,00.

3 Especificação Técnica Detalhada

3.1 Requisitos Técnicos

Carga horária e conteúdo programático mínimo, conforme folder da empresa:

<https://negociospublicos.com.br/pregaoweb/programacao.html>

Florianópolis, 15 de outubro de 2021



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

O evento está previsto para ser realizado nos dias 25 a 29 de outubro de 2021, em ambiente virtual disponibilizado pela empresa contratada, conforme programação:

<https://negociospublicos.com.br/pregaoweeek/programacao.html>

A gestão da contratação será realizada pelo servidor titular da Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral e o da Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos – ACERA/EJESC (que poderão atuar em conjunta ou isoladamente, ou seus substitutos, ou seus superiores imediatos), em conformidade com o artigo 67 da Lei n. 8.666/1993.

1.1. Recebimento Provisório e Definitivo

- a) O recebimento provisório ocorrerá na data de finalização do curso, com o cumprimento da carga horária prevista e do programa divulgado.
- b) O recebimento definitivo dar-se-á em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

1.2 Pagamento

O pagamento será realizado após a finalização do curso, com o devido cumprimento de todas as obrigações contratuais.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 5 dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

A atestação da execução do serviço somente se dará após as servidoras participantes avaliarem o evento e encaminharem o certificado para ejesc-acera@tre-sc.jus.br.

1.3. Descumprimento Contratual

Se a Contratada descumprir as condições estabelecidas neste Projeto Básico ficará sujeita às penalidades previstas na Lei n. 8.666/1993.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.4 Penalidades

Nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, pela inexecução total ou parcial deste Projeto Básico, o Contratante poderá aplicar, à Contratada, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Da aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “e”, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRES, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação.



O EVENTO

Com o advento da Nova Lei de Licitações, a primeira impressão é que não fica “pedra sobre pedra”. Mas, não é bem assim... A modalidade pregão assume um considerável protagonismo no novo marco regulatório das contratações públicas, porquanto a estrutura procedimental básica das modalidades licitatórias é, essencialmente, baseada na experiência exitosa da Lei nº 10.520/2002.

Ainda que mantida a estrutura básica do pregão – agregando novas possibilidades ao desenho da disputa, como a inversão de fases e a adoção da pré-qualificação – diversos “detalhes” da Nova Lei de Licitações demandam regulamentação infralegal para conferir operacionalidade, em especial, para as licitações eletrônicas.

Outro ponto controverso e que merece detida análise é o regime transitório previsto no art. 191 da NLL. Afinal, teremos um “pregão da Lei nº 10.520/2002” e um “pregão da Nova Lei”? E como fica a figura do Pregoeiro?

Assim, com o objetivo de analisar o regime jurídico e econômico da modalidade pregão em uma perspectiva sistêmica na Nova Lei de Licitações, o evento foi estruturado em cinco pilares básicos: normatização, responsabilidade, organização interna, estrutura procedimental e controle. Trata-se, pois, de uma visão multifatorial tendente a compreender, dentro de suas especificidades, a intensidade de influência de cada um dos pilares no agir administrativo dos compradores públicos e a perspectiva de análise dos órgãos de controle acerca dos atos praticados no pregão. **Inscriva-se!**

PÚBLICO-ALVO

O evento é destinado aos agentes públicos da administração direta e indireta, federais, estaduais e municipais, dos Três Poderes e dos Tribunais de Contas, Entidades Paraestatais, Conselhos Profissionais, entre outros. Em suma, órgãos e agentes que atuem nas camadas diretivas e nas diferentes linhas de defesa das organizações, no controle interno e externo da economicidade e da legalidade de processos de compras públicas.

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS

MATERIAL DE APOIO

- Livro Digital ou Impresso “Legislação: Licitações – Pregão Presencial e Eletrônico – Leis Complementares”
- Apostila digital com conteúdo exclusivo do evento
- Certificado Geral com carga horária de 30 horas será disponibilizado através da nossa plataforma: www.npevents.com.br



MODALIDADE - PRESENCIAL OU ONLINE

Realizado de 25 a 29 de Outubro de 2021. Na segunda-feira a partir das 19h00, e nos dias seguintes das 08h00 às 18h00.

ONLINE 100% AO VIVO.

O evento será transmitido online para todo Brasil, por meio da plataforma de streaming Zoom.

PRESENCIAL - LOCAL DO EVENTO

Mabu Thermas Grand Resort
Av, das Cataratas, 3175
Vila Yolanda - Foz do Iguaçu/PR
Reservas: 0800 41 7040





ESTRUTURA

Cada pilar (normatização, responsabilidade, organização interna, estrutura procedimental e controle) corresponderá a um painel derivado em palestras com temáticas correlatas e abrangidas pelos temas gerais, sendo o dia intermediário do evento (27/10/2021) dedicado exclusivamente às oficinas com temas específicos e abordagem essencialmente prática.

- Painel I: Normatização e regulamentação do pregão na Nova Lei de Licitações
- Painel II: Competências e responsabilidades do Pregoeiro
- Painel III: O desenho do pregão na NLL
- Painel IV: Dilemas do Pregoeiro: diligência e saneamento de falhas
- Painel V: Órgão de controle e jurisprudência

Com o objetivo de abordar os principais impasses e desafios enfrentados pelos Pregoeiros e demais agentes públicos envolvidos com o processo de contratação – potencializados pelo advento da Nova Lei de Licitações –, as palestras e oficinas oportunizarão ao público uma visão balizada e coerente, capacitando o gestor a enfrentar com acuidade os problemas que lhe são postos diariamente, desenvolvendo soluções adequadas e, assim, viabilizando a estruturação de um ambiente decisório mais seguro em sua vida profissional.

As abordagens das palestras e oficinais contemplarão os impactos decorrentes da Nova Lei de Licitações e seus regulamentos, analisando-as sob um viés crítico e prático, atrelando-as, na medida do possível, com as funcionalidades operacionais dos sistemas de pregão eletrônico.

No encerramento do evento será realizada um debate de análise da existência de um “regime transitório” da jurisprudência com o advento da Nova Lei de Licitações. Afinal, como irá se comportar o TCU diante das novas regras e o que os agentes públicos devem esperar da atuação da Corte de Contas? **Inscreva-se!**

MOTIVOS PARA PARTICIPAR

 Credibilidade Mais de 20 anos de atuação no Mercado de Compras Públicas.	 Nossa Paixão Temos orgulho de realizar os maiores eventos do Brasil.	 Imersão 5 Dias intensos de aprendizado sobre Pregão.	 Autoridades Os melhores doutrinadores e palestrantes
 Transformação Mais de 20.000 agentes públicos capacitados	 Evento Inovador Transmissão híbrida no modelo presencial e online simultâneos.	 Networking O maior encontro da área de Compras Públicas	 Certificação Participação reconhecida através de certificado digital



PROGRAMAÇÃO GERAL

SEGUNDA-FEIRA - 25/10

16h00 às 19h30	Credenciamento
19h30 às 20h00	Abertura do salão
20h00 às 20h15	Abertura <i>Rudimar Reis (Presidente do Grupo Negócios Públicos)</i>
20h15 às 20h45	Palestra de abertura: Licitações nas Lei nº 14.133/2021: mudanças e continuidades <i>Benjamin Zymler (Ministro do TCU)</i>

TERÇA-FEIRA - 26/10

Painel I – Normatização e regulamentação	
08h00 às 09h00	A Nova Lei de Licitações: lei nacional ou lei federal? <i>Edgar Guimarães (Consultor Jurídico aposentado do TCE/PR)</i>
09h00 às 10h00	Condições de participação e requisitos de aceitabilidade da proposta na NLL: possibilidades de detalhamento no edital <i>Marçal Justen Filho (Mestre e Doutor em Direito Público)</i>  Transmissão Online
10h00 às 10h30	Intervalo Presencial
10h00 às 10h15	Intervalo Online (exclusivo - 15 minutos com entrevistas e bate-papo com professores)
10h30 às 12h00	Regime transitório da NLL e os antigos regulamentos: e agora? <i>Anderson Pedra (Procurador do Estado do Espírito Santo)</i>
12h00 às 14h00	Intervalo de Almoço Presencial
12h00 às 13h30	Intervalo de Almoço Online (exclusivo - 30 minutos com entrevistas e bate-papo com professores)
Painel II – Competências e responsabilidade do Pregoeiro	
14h00 às 15h00	O Pregoeiro na Nova Lei de Licitações <i>Victor Amorim (Doutorando em Direito do Estado)</i>



15h00 às 16h00	Prerrogativa de requisição de subsídios pelo Pregoeiro na Nova Lei de Licitações Joel Niebuhr (Doutor em Direito Administrativo)
16h00 às 16h30	<i>Intervalo Presencial</i>
16h00 às 16h15	<i>Intervalo Online (exclusivo - 15 minutos com entrevistas e bate-papo com professores)</i>
16h30 às 18h00	Regime transitório do art. 191 da NLL: o “velho” e o “novo” Pregoeiro? Edgar Guimarães, Joel Niebuhr e Victor Amorim

OFICINAS PRESENCIAIS

QUARTA-FEIRA - 27/10

Manhã	
08h00 às 12h00	Responsabilidade do Pregoeiro na Nova Lei de Licitações Rafael Sérgio de Oliveira (Fundador do Portal L&C, Mestre em Direito e Doutorando em Ciências Jurídico-Políticas)
	Aplicação dos benefícios para ME/EPP: LC nº 123/2006 x art. 4º da NLL Marcus Alcântara (Secretário de Controle Interno do TRT da 20ª Região)
	Novidades procedimentais da Nova Lei de Licitações para o pregão: modos de disputa, inversão de fases, orçamento sigiloso e pré-qualificação Dawison Barcelos (Membro da Consultoria Jurídica do TCU)
	Modos de disputa no pregão eletrônico: aplicação e particularidades Evaldo Araújo (Auditor Federal de Controle Externo - TCU)
10h00 às 10h30	<i>Intervalo</i>
12h00 às 14h00	<i>Intervalo de Almoço</i>



OFICINAS PRESENCIAIS

QUARTA-FEIRA - 27/10

Tarde	
14h00 às 18h00	Boas práticas na condução de pregão eletrônico: como potencializar o uso do Comprasnet Nádia Dall Agnol (Pregoeira na Prefeitura de Francisco Beltrão) Pregão para serviços de engenharia: o que o Pregoeiro deve saber sobre a aceitabilidade das planilhas e documentos de habilitação? Paulo Reis (Professor, Engenheiro Civil e Advogado) Pregão e SRP na Nova Lei de Licitações Paulo Teixeira (Especialista em Direito Público) O Pregoeiro e as condutas infracionais do art. 155 da Nova Lei de Licitações: como fazer a adequada instrução do processo sancionatório? Anderson Pedra (Procurador do Estado do Espírito Santo)
16h00 às 16h30	Intervalo



OFICINAS ONLINE

QUARTA-FEIRA - 27/10

Manhã	
08h00 às 12h00	Pregão para serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra: o que o Pregoeiro deve se atentar em relação ao julgamento das propostas? <i>Flaviana Paim (Especialista em Licitações e Contratos Administrativos)</i>
	O pregão eletrônico nas empresas estatais: impactos indiretos da NLL e compatibilidade da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto Federal nº 10.024/2019 <i>Renila Bragagnoli (Mestranda em Direito Administrativo e Administração Pública)</i>
	Pregão para serviços de engenharia: o que o Pregoeiro deve saber sobre a aceitabilidade das planilhas e documentos de habilitação? <i>Paulo Reis (Professor, Engenheiro Civil e Advogado)</i>
	Pregão e SRP na Nova Lei de Licitações <i>Paulo Teixeira (Especialista em Direito Público)</i>
	O Pregoeiro e as condutas infracionais do art. 155 da Nova Lei de Licitações: como fazer a adequada instrução do processo sancionatório? <i>Anderson Pedra (Procurador do Estado do Espírito Santo)</i>
10h00 às 10h15	Intervalo (exclusivo - 15 minutos com entrevistas e bate-papo com professores)
12h00 às 13h30	Intervalo de Almoço (exclusivo - 30 minutos com entrevistas e bate-papo com professores)



OFICINAS ONLINE

QUARTA-FEIRA - 27/10

Tarde	
14h00 às 18h00	Responsabilidade do Pregoeiro na Nova Lei de Licitações <i>Rafael Sérgio (Mestre em Direito e Doutorado em Ciências Jurídico-Políticas)</i>
	Aplicação dos benefícios para ME/EPP: LC nº 123/2006 x art. 4º da NLL <i>Marcus Alcântara (Secretário de Controle Interno do TRT da 20ª Região)</i>
	Novidades procedimentais da Nova Lei de Licitações para o pregão: modos de disputa, inversão de fases, orçamento sigiloso e pré-qualificação <i>Dawison Barcelos (Membro da Consultoria Jurídica do TCU)</i>
	Modos de disputa no pregão eletrônico: aplicação e particularidades <i>Evaldo Araújo (Auditor Federal de Controle Externo do TCU)</i>
	Boas práticas na condução de pregão eletrônico: como potencializar o uso do Comprasnet e Licitações-e <i>Felipe Ansaloni (Especialista em Licitações, Contratos Administrativos, Concessões e PPP)</i>
16h00 às 16h15	Intervalo (exclusivo - 15 minutos com entrevistas e bate-papo com professores)



PROGRAMAÇÃO GERAL

QUINTA-FEIRA - 28/10

Painel III – O desenho do pregão na NLL	
08h00 às 09h00	Novas possibilidades de “desenho” do pregão na NLL Marcos Nóbrega (<i>Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco</i>)
09h00 às 10h00	As potencialidades do regulamento orgânico: quadro de competências e fluxos operacionais Tatiana Camarão (<i>Mestre em Direito Administrativo</i>)
10h00 às 10h30	<i>Intervalo Presencial</i>
10h00 às 10h15	<i>Intervalo Online (exclusivo - 15 minutos com entrevistas e bate-papo com professores)</i>
10h30 às 12h00	NLL e a crise de identidade da assessoria jurídica e do controle interno Christiane Stroppa (<i>Doutora e Mestra em Direito Administrativo</i>)  Transmissão Online
12h00 às 14h00	<i>Intervalo de Almoço Presencial</i>
12h00 às 13h30	<i>Intervalo de Almoço Online (exclusivo - 30 minutos com entrevistas e bate-papo com professores)</i>
Painel IV – Dilemas do Pregoeiro	
14h00 às 15h00	O poder-dever de realização de diligências Felipe Boselli (<i>Doutor em Direito do Estado</i>)
15h00 às 16h00	Substituição e apresentação de novos documentos: o que nos diz o art. 64 da NLL? Rafael Sérgio (<i>Fundador do Portal L&C, Mestre em Direito e Doutorando em Ciências Jurídico-Políticas</i>)
16h00 às 16h30	<i>Intervalo Presencial</i>
16h00 às 16h15	<i>Intervalo Online (exclusivo - 15 minutos com entrevistas e bate-papo com professores)</i>
16h30 às 18h00	ARENA PW – Superação de falhas da proposta e juntada de “novos” documentos: até onde poderá ir o Pregoeiro? Victor Amorim , Felipe Boselli, Marcos Nóbrega e Rafael Sérgio



PROGRAMAÇÃO GERAL

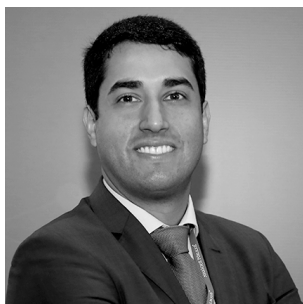
SEXTA-FEIRA - 29/10

Painel V – Órgão de controle e jurisprudência	
08h00 às 09h00	Acórdão do TCU é norma? <i>André Rosilho (Doutor em Direito)</i>
09h00 às 10h00	O império do “sistema”: bypass normativo do TCU? <i>Victor Amorim (Doutorando em Direito do Estado)</i>
10h00 às 10h30	<i>Intervalo Presencial</i>
10h00 às 10h15	<i>Intervalo Online (exclusivo - 15 minutos com entrevistas e bate-papo com professores)</i>
10h30 às 12h00	Debate de Encerramento – O TCU e a Nova Lei de Licitações: continuidades e rupturas <i>André Rosilho, Victor Amorim e Benjamin Zymler</i>  Transmissão Online
12h00	Encerramento

*A organização do evento reserva-se o direito de alterar tema e professor da programação divulgada, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente.



COORDENAÇÃO TÉCNICA



VICTOR AMORIM (*Doutorando em Direito do Estado*)

Doutorando em Constituição, Direito e Estado pela UnB. Mestre em Direito Constitucional pelo IDP.

Coordenador do Curso de Pós-graduação em Licitações e Contratos Administrativos do IGD. Professor de pós-graduação do ILB, IDP, IGD e CERS.

Por mais de 13 anos, atuou como Pregoeiro no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (2007-2010) e no Senado Federal (2013-2020).

Foi Assessor Técnico da Comissão Especial de Modernização da Lei de Licitações, constituída pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 19/2013, responsável pela elaboração do PLS nº 559/2013 (2013-2016).

Membro da Comissão Permanente de Minutas-Padrão de Editais de Licitação do Senado Federal (2015-2020).

Membro do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA).

Advogado e Consultor Jurídico. Autor das obras "Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e Jurisprudência" (Editora do Senado Federal) e "Pregão Eletrônico: comentários ao Decreto Federal nº 10.024/2019" (Editora Fórum).

Site: www.victoramorim.com



PALESTRANTES



BENJAMIN ZYMLER *(Ministro do TCU)*

Transmissão Online & Presencial

Ministro do Tribunal de Contas da União desde 2001, onde ingressou no cargo de Ministro-Substituto em 1998 por meio de concurso público de provas e títulos;

Mestre em Direito e Estado pela Universidade de Brasília, com vasta experiência em Direito Administrativo e Direito Constitucional;

Ministrou cursos na Escola da Magistratura do Distrito Federal e Territórios, Escola da Magistratura do Trabalho, Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Instituto Superior de Brasília – IESB, Centro Universitário de Brasília – UniCeub, Instituto Serzedello Corrêa, entre outros;

É autor das obras “Direito Administrativo e Controle”, “O Controle Externo das Concessões de Serviços Públicos e das Parcerias Público-Privadas”, “Direito Administrativo” e “Política & Direito: uma visão autopoietica”;

Formado em Engenharia Elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia – IME e em Direito pela Universidade de Brasília.



MARÇAL JUSTEN FILHO *(Mestre e Doutor em Direito Público)*

Transmissão Online

Advogado formado pela UFPR em 1977, mestre (1984) e doutor (1985) em Direito do Estado pela PUC-SP. Foi professor titular da Faculdade de Direito da UFPR de 1986 a 2006, Visiting Fellow no Instituto Universitário Europeu (Itália, 1999) e Research Scholar na Yale Law School (EUA, 2010-2011). Professor do IDP. É autor de diversos livros, sendo os mais conhecidos Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Curso de Direito Administrativo, Pregão, Comentários ao RDC, Teoria Geral das Concessões de Serviço Público e o Direito das Agências Reguladoras Independentes. Integra o Conselho Editorial da Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. É membro da Red Iberoamericana de Contratación Pública, da Public Contracts in Legal Globalization Network, do Grupo Brasileiro da Association Henri Capitant des Amis de la Culture Juridique Française e do Núcleo de Estudos sobre Federalismo e Relações Intergovernamentais. Tem participado de cursos e congressos no Brasil e no exterior e atua ativamente na advocacia, por meio da sociedade Justen, Pereira, Oliveira & Talamini.



JOEL NIEBUHR (*Doutor em Direito Administrativo*)

Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP. Mestre e Bacharel em Direito pela UFSC;

Autor dos livros "Princípio da Isonomia na Licitação Pública" (Florianópolis: Obra Jurídica, 2000); "O Novo Regime Constitucional da Medida Provisória" (São Paulo: Dialética, 2001); "Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública" (4ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015); "Pregão Presencial e Eletrônico" (7ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015); "Registro de Preços: aspectos práticos e jurídicos" (2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2003, em coautoria com Edgar Guimarães); "Licitação Pública e Contrato Administrativo" (4ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013); "Licitações e Contratos das Estatais" (Belo Horizonte: Fórum, 2018, em coautoria com Pedro de Menezes Niebuhr), além de diversos artigos e ensaios publicados em revistas especializadas.



TATIANA CAMARÃO (*Mestre em Direito Administrativo*)

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997). Professora da Pós-Graduação da PUC/MG. Diretora do Instituto Mineiro de Direito Administrativo – IMDA;

Palestrante e coautora dos livros Licitações e contratos: aspectos relevantes (2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008), Termo de Referência (4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014), Processo Administrativo: Comentários à Lei nº 9.784/99 (2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009) e Manual prático do pregão (Belo Horizonte: Mandamentos, 2006).



FLAVIANA PAIM (*Especialista em Licitações e Contratos Administrativos*)

Transmissão Online

Contadora formada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos;

Advogada, formada pela Universidade Luterana do Brasil – Ulbra;

Pós-graduada em Auditoria e Perícia Contábil pela Faculdade Porto-Alegrense – FAPA;

Sócia da Paim Contabilidade em Gravataí/RS, onde atua há mais de 13 anos com assessoria contábil e consultoria nas áreas trabalhista e tributária;

Perita Contábil compromissada nas Varas Cíveis e Trabalhista da Comarca de Gravataí/RS e assistente técnica das partes em processos judiciais no Estado do Rio Grande do Sul;

Professora e membro integrante do INGEPI - Instituto de Gestão Pública do Estado do Rio Grande do Sul; Palestrante, facilitadora de treinamentos abertos e fechados voltados à gestão e, fiscalização de contratos terceirizados, formação de preços e planilha de custos em diversas organizações Públicas pelo país;

Autora de diversos artigos publicados sobre gestão de contratos e orçamentação para contratação de serviços e coautora do Livro “Subsídios para Contratação Pública”, Editora INGEPI, Porto Alegre/RS.



ANDERSON PEDRA (*Procurador do Estado do Espírito Santo*)

Pós-doutor pela Universidade de Coimbra com ênfase em “Direito Fundamental à Boa Administração Pública e sua Influência no Direito Administrativo e na Gestão Pública”;

Doutor em Direito do Estado (PUC/SP) e Mestre em Direito (FDC/RJ);

Especialista em Direito Público e Processual Público pela Consultime/Cândido Mendes;

Professor do Mestrado em Gestão Pública da UFES, assim como professor na graduação e pós-graduação em diversas instituições. Atua como Instrutor em diversas instituições públicas e privadas e palestrante em diversos eventos nacionais e internacionais;

Ex-Chefe em várias áreas de atuação da PGEES e TCEES, dentre eles Procuradoria de Consultoria Administrativa da PGEES e Ex-Pregoeiro do TCEES;

Membro do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais, Advogado e Consultor Jurídico em Direito Público e Autor de diversas obras jurídicas.



EDGAR GUIMARÃES (*Consultor Jurídico aposentado do TCE/PR*)

Advogado; Pós-Doutor em Direito pela Università del Salento (Itália). Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP; Professor de Licitação nos cursos de Pós-graduação do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar e da Universidade Positivo; Consultor Jurídico (aposentado) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; Presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo; Membro dos Institutos Brasileiro de Direito Administrativo, do Instituto dos Advogados do Paraná e do Conselho Científico do Instituto Romeu Felipe Bacellar. Árbitro da Câmara de Arbitragem e Mediação da FIEP/PR. Conselheiro da OAB/PR. Autor dos livros Controle das Licitações Públicas, Contratação Direta: comentários às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação; Responsabilidade da Administração Pública pelo desfazimento da licitação. Coautor dos livros Cenários do Direito Administrativo; Concurso Público e Constituição; Pregão Presencial e Eletrônico; Licitações e o estatuto da pequena e microempresa: reflexos práticos da LC nº 123/06; Registro de preços: aspectos práticos e jurídicos; Comentários ao Sistema Legal Brasileiro de Licitações e Contratos Administrativos. Lei das Estatais – comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei nº 13.303/2016.



EVALDO ARAÚJO (*Auditor Federal de Controle Externo do TCU*)

Auditor Federal de Controle Externo no Tribunal de Contas da União desde 2016;

Atuação há mais de 15 anos na área de licitações e contratos, exercendo funções como pregoeiro, leiloeiro, presidente e membro de comissões especiais de licitação no TCU;

Bacharel em Administração de Empresas;

Bacharel em Direito;

Pós-graduado em Licitações e Contratos;

2º lugar no 1º concurso de palestrantes do Instituto Negócios Públicos;

Vencedor do Prêmio “professor destaque” do ano 2019 do Instituto Serzedello Corrêa - ISC.



FELIPE ANSALONI *(Especialista em Licitações,
Contratos Administrativos Concessões e PPP)*

 Transmissão Online

Advogado e Administrador especializado em licitações, contratos administrativos, concessões e PPPs;

Mestre em Administração; Especialista em Direito Público;

Especialista em Gestão Público;

Professor em cursos de Pós-Graduação. Diretor da 11E Licitações;

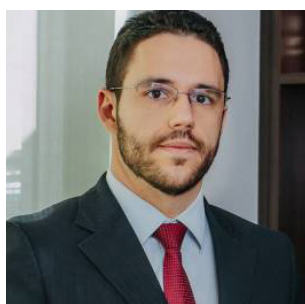
Consultor do Sistema SEBRAE e FIEMG;

Consultor da Associação Mineira Municípios;

Instrutor da ESAF-MG e ESAF-PA;

Autor de artigos publicados em renomadas Revistas como Fórum, Revista dos Tribunais, TCU e TCE-MG;

Conferencista internacional.



FELIPE BOSELLI *(Doutor em Direito do Estado)*

Advogado. Graduado, Mestre e Doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC com pesquisas realizadas na Universidade de Lisboa, Universidade Complutense de Madrid e na Universidade de Buenos Aires;

Pós-graduado em Licitações e Contratos Administrativos, Processo Civil e em Direito Constitucional e Administrativo. Sócio da Boselli & Loss Advogados Associados e da Boselli Licitações;

Autor do livro “A inadimplência no pagamento dos contratos administrativos”, coautor dos livros “Lei das Empresas Estatais”, “Direito, Estado e Constituição”, entre outros, e organizador de livros como “Legislação de licitações” e “Contratações Públicas”. Foi Secretário-adjunto da Comissão de Mobilidade Urbana da OABSC na gestão 2010-2012, Presidente da Comissão de Licitações e Contratos Administrativos da OAB/SC nas gestões 2013-2015 e 2016-2018, e Vice-Presidente do Observatório Social de Florianópolis na gestão 2016-2017;

Atualmente é Conselheiro de Administração da CASAN - Companhia Catarinense e Águas e Saneamento, Diretor de Direito Público da Escola Superior da Advocacia - ESA-OAB/SC e Secretário-Geral do IDASC - Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina.



CHRISTIANE STROPPIA *(Doutora e Mestra em Direito Administrativo)*

Transmissão Online

Doutora e Mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Ex-Assessora Jurídica na Secretaria da Saúde do Município de São Paulo; Ex- Procuradora da Universidade de São Paulo.

Atualmente é Professora de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA, do Instituto de Direito Administrativo Paulista – IDAP, do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP e do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN).



DAWISON BARCELOS *(Membro da Consultoria Jurídica do TCU)*

Servidor do Tribunal de Contas da União onde exerceu por vários anos as atividades de Pregoeiro e atualmente integra a Consultoria Jurídica do órgão;

Advogado e Parecerista. Membro da Associação Portuguesa da Contratação Pública e da Red Iberoamericana de Contratación Pública”;

Docente na Pós-Graduação em licitações e contratos da Faculdade Baiana de Direito;

Mestrando em Direito Administrativo pela Universidade de Lisboa;

Especialista em Direito Público e em Contratos Administrativos pela Universidade de Coimbra;

Graduado em Direito pela Universidade de Brasília – UnB;

Autor e coautor de artigos e de livros como: Licitações e Contratos nas Empresas Estatais;

Estatuto Jurídico das Estatais; Registro de Preços – Principais Julgamentos do TCU; e Coleção Teses Jurídicas dos Tribunais Superiores – Direito Administrativo;

Idealizador do portal “O Licitante” onde publica periodicamente trabalhos relacionados a licitações e contratos.



MARCUS ALCÂNTARA *(Secretário de Controle Interno do TRT da 20ª Região)*

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Pós-graduado em Perícia Contábil pela Fundação Visconde de Cairu, Salvador/BA. Pós-graduado em Gestão Estratégica de Pessoas pela Faculdade de Negócios de Sergipe – FANESE. Pós-graduado em Licitações e Contratos pela Faculdade Amadeus – FAMA/SE;

Instrutor dos cursos de Gestão e Fiscalização de Contratos, Termo de Referência, Análise de Mercado e Metodologia da Pesquisa de Preços, Elaboração de editais, Sistema de Registro de Preços, Contratação Direta, Capacitação de Pregoeiros, Estatuto Nacional das ME e EPP e Licitações e Contratos do Grupo Negócios Públicos/PR.



MARCOS NÓBREGA *(Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco)*

Pós-Doutor pela Harvard Law School; Harvard Kennedy School of Government – Harvard University; Universidade de Direito de Lisboa; Singapore Management University e pela Massachusetts Institute of Technology;

Doutor e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito do Recife – UFPE;

Graduado em Direito e Economia pela Universidade Federal de Pernambuco e Administração de Empresas pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP;

Professor de Faculdade de Direito do Recife – UFPE;

Professor Visitante na Singapore Management University, na Massachusetts Institute of Technology e no LLM de Energia da Queen Mary University em Londres;

Conferencista Visitante nas Universidades de Nankai e de Jilin, ambas na China.



PAULO REIS *(Professor, Engenheiro Civil e Advogado)*

O Professor Paulo Reis é Engenheiro Civil e Advogado, com mais de 40 anos de atividades na administração pública brasileira, especialmente em processos de contratação de obras, bens e serviços.

Exerceu por 10 anos a função de Presidente do Comitê de Licitações do Banco da Amazônia tendo sido, também, Pregoeiro da instituição pelo prazo de 4 anos. Foi Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, Assessor Especial da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e Coordenador de Controle Interno da SEMEC.

É Professor, aposentado, da Universidade Federal do Pará. Doutrinador na área de licitações e contratos da administração pública, é autor dos livros OBRAS PÚBLICAS - MANUAL DE PLANEJAMENTO, LICITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO e SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - UMA FORMA INTELIGENTE DE CONTRATAR. É coautor dos livros LICITAÇÕES PÚBLICAS - HOMENAGEM AO JURISTA JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, LEI DAS EMPRESAS ESTATAIS e 101 DICAS SOBRE O PREGÃO.



PAULO TEIXEIRA *(Especialista em Direito Público)*

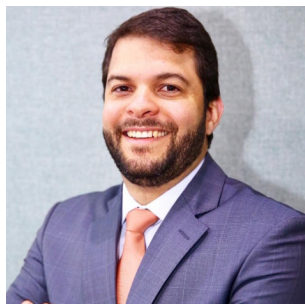
Consultor em Licitações e Contratos, com mais 20 anos de experiência em compras públicas;

Professor em Cursos sobre diversos temas ligados a licitações, tendo capacitado mais de 5.000 servidores públicos e particulares;

Co-Autor dos Livros: 101 Dicas Sobre o Pregão; Compras Públicas: Estudos, Conceitos e Infográficos. Organizador do Livro Legislação Licitações e Contratos Administrativos, Pregão Eletrônico – Presencial e Leis;

Complementares, da Editora Negócios Públicos. Diretor da empresa Mérito Assessoria e Licitações Ltda;

Como Pregoeiro, teve atuação destacada e reconhecida em nível nacional, durante o Congresso Brasileiro de Pregoeiros, recebendo Prêmios em 2010 como o Pregoeiro com o maior número de pregões realizados com propostas válidas e o de Pregoeiro com o maior número de pregões realizados sem interposição de recursos.



RAFAEL SÉRGIO (*Fundador do Portal L&C, Mestre em Direito e Doutorando em Ciências Jurídico-Políticas*)

É fundador do Portal L&C (licitacaocontrato.com.br). É doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa, Mestre em Direito, Especialista em Direito Público e Pós-Graduado em Direito da Contratação Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Participou do Programa de Intercâmbio Erasmus+, desenvolvendo pesquisa na área de Direito da Contratação Pública na Università degli Studi di Roma – Tor Vergata;

É Procurador Federal da Advocacia-Geral da União – AGU, órgão no qual foi Chefe da Divisão de Licitação e Contrato da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e membro da Câmara Permanente de Licitação e Contrato da Procuradoria-Geral Federal (PGF). Atua na consultoria e assessoramento de gestores públicos federais desde 2008. É membro da Red Iberoamericana de Contratación Pública e professor de Direito Administrativo com ênfase em Licitação e Contrato.



RENILA BRAGAGNOLI (*Mestranda em Direito Administrativo e Administração Pública*)

Transmissão Online

Advogada (OAB/DF 35.411) da Assessoria Jurídica da Presidência da Codevasf, atualmente chefe da Unidade de Assuntos Administrativos –PR/AJ/UAA (consultivo) desde maio/2017, com atuação em processos administrativos sobre Lei das Estatais, licitações, contratos, convênios, ajustes, e demais matérias envolvendo Direito Administrativo. Consultora interna na área de licitações e contratos de 2013 a 2017; Mestranda em Direito Administrativo e Administração Pública pela Universidade de Buenos Aires – UBA (2019/2020);

Aluna Especial no Mestrado em Administração Pública - Políticas Públicas e Gestão Governamental - pelo Instituto Brasiliense de Direito Público/DF (2018). Especialização em Políticas Públicas, Gestão e Controle da Administração - Master in Public Administration pelo Instituto Brasiliense de Direito Público/DF (2018);

Autora dos Livros “O controle administrativo das empresas estatais: do Decreto lei nº 200/67 à Lei nº 13.303/16” (ISBN 6586025036), publicado pela Editora Letramento/Casa do Direito, 2020, e “Lei nº 13.303/2016: reflexões pontuais sobre a lei das estatais” (ISBN 978-85-93826-07-8) publicado pela Editora JML, 2019; Autora de artigos jurídicos;

Professora. Palestrante; mantém o perfil @advocaciaestatal no Instagram, onde publica assuntos relacionados a Licitações, Contratos e, especialmente, conteúdo envolvendo a Lei das Estatais.



ANDRÉ ROSILHO (*Doutor em Direito*)

Professor da FGV Direito SP.

Coordenador do Observatório do TCU da FGV Direito SP + Sociedade Brasileira de Direito Público.

Doutor em Direito pela USP. Mestre em Direito pela FGV Direito SP. Advogado em São Paulo.



NÁDIA DALL AGNOL (*Pregoeira na Prefeitura de Francisco Beltrão*)

Nádia Aparecida Dall Agnol, Pregoeira na Prefeitura de Francisco Beltrão – PR desde 2013, atua no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, chefe da Divisão de Pregão Eletrônico, Consultora do SEBRAE-PR, graduanda em Direito na Universidade Paranaense – UNIPAR e pós-graduanda em Direito Administrativo na Universidade Paranaense – UNIPAR. Atua como consultora e palestrante em Licitações com ênfase no Pregão Eletrônico desde 2016. Tem vasta experiência com a aplicação do pregão no âmbito municipal, com destaque para uma atividade docente, já tendo ministrado treinamentos sobre operação das Plataformas de Pregão eletrônico, em especial com o COMPRASNET para diversos órgãos de vários estados do Brasil.



INVESTIMENTO

	ONLINE Via Zoom ONLINE 100% AO VIVO 10 motivos para você participar	PRESENCIAL Foz do Iguaçu - PR 17 motivos para você participar
EXPERIÊNCIA		
Credenciamento	x	✓
Acesso às Palestras Presenciais em Plenário	x	✓
Acesso às Oficinas Presenciais Simultâneas	x	✓
Material de Apoio Exclusivo (Mochila, Camiseta, Lapiseira e Squeeze)	x	✓
Kit Covid (Máscara e Álcool Gel)	x	✓
Networking com os Participantes	x	✓
Networking/Conversa com os Professores durante o evento***	x	✓
01 Jantar de Abertura do Evento	x	✓
04 Almoços	x	✓
07 Coffee Breaks	x	✓
Livro de Legislação Impresso	x	✓
Arena Pregão Week 360°	x	✓
Conteúdo disponível** na plataforma NP events	✓	✓
Participação do Grupo Exclusivo do Pregão Week no Telegram	✓	✓
Entrevistas na Ilha Pregão Week Break	✓	✓
Ilha Pregão Week Break - Cobertura oficial com: Pré-Evento, Depoimentos dos Participantes e Professores	✓	✓
Certificado de Participação	✓	✓
Acesso ao evento pela modalidade Online 100% ao vivo	✓	x
Transmissão e cobertura do evento presencial em estúdio exclusivo aos participantes online	✓	x
Networking Digital	✓	x
Oficinas Online 100% Ao Vivo	✓	x
Livro de Legislação Digital	✓	x
* A Organização do Evento reserva-se o direito de modificar temas e programação divulgada, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente.		
** Conteúdo disponível 30 (trinta) dias após o encerramento do evento.		
*** Mediante disponibilidade do professor durante a realização do evento presencial.		
	R\$ 3.140,00 (por inscrito)	R\$ 4.685,00 (por inscrito)
	INSCREVA-SE JÁ!	INSCREVA-SE JÁ!

15º PREGÃO WEEK

SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS
AVANÇADOS SOBRE PREGÃO

O MAIOR **EVENTO HÍBRIDO** DE
CAPACITAÇÃO EM **PREGÃO** NO BRASIL! <<



LOTE FINAL

Até o dia 25/10

R\$4.685,00

FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado, em parcela única, em nome de: Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda. (CNPJ nº 10.498.974/0002-81). No seguinte banco credenciado:



Agência: 1622-5
Conta Corrente: 20504-4

CONTATO

Instituto Negócios Públicos

Telefone: (41) 3778-1887

Whatsapp: (41) 98877-0234

falecom@institutonp.com.br

www.pregaoweb.com.br

Avenida José Maria de Brito, 1707

Jardim das Nações - Foz do Iguaçu/PR

CEP: 85864-320